
ECOLOGIA

IASMIN DE OLIVEIRA DA SILVA

**ETNOBOTÂNICA EM TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS NO BRASIL- UMA REVISÃO**



Rio Claro
2021

IASMIN DE OLIVEIRA DA SILVA

ETNOBOTÂNICA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL-
UMA REVISÃO

Orientador: Prof. Dr. Milton Cezar Ribeiro

Coorientador: Profa. Ms. Renata Maria Guerreiro
Fontoura Costa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de
Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do
grau de Ecóloga

Rio Claro
2021

S586e Silva, Iasmin de Oliveira da
Etnobotânica em territórios Quilombolas no Brasil- uma revisão /
Iasmin de Oliveira da Silva. -- Rio Claro, 2021
43 f. : il., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ecologia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio
Claro

Orientador: Milton Cezar Ribeiro
Coorientadora: Renata Maria Guerreiro Fontoura Costa

1. Ecologia. 2. Etnobotânica. 3. Quilombolas. 4. Plantas medicinais.
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**Dedico o fechamento deste ciclo àqueles que
sempre estiveram ao meu lado. Gratidão por
todo apoio e suporte que me deram.**

AGRADECIMENTOS

Em 2016, iniciei um novo ciclo na minha vida. Após anos de colégio e um ano de cursinho, encontrei algo com o que eu me identificava. Devo dizer que não foi fácil, mas, no final, tudo dá certo, ou, como meus amigos e eu costumamos dizer, no final “dá bom”.

No terceiro ano de curso eu me encantei com a disciplina de Ecologia Humana, onde tive o meu primeiro contato com comunidades tradicionais, foi ali que eu soube com o que eu queria trabalhar. Comecei, então, a minha saga em busca do tema e alguém que pudesse me orientar.

Desta forma, gostaria de agradecer, especialmente, à minha co-orientadora, Renata, por me auxiliar neste longo processo. Agradeço imensamente a sua orientação, o seu incentivo, sua confiança e paciência. Foram quase dois anos de parceria e de muito aprendizado construído. Agradeço também ao meu orientador, Milton Ribeiro, por todo o suporte neste período.

Aos meus pais, Silvana e Amauri, que vivenciaram esses cinco anos de curso comigo e acompanharam o meu crescimento neste período. À minha irmã que, mesmo de longe, me deu suporte e conselhos.

Aos meus amigos, muita gratidão por fazerem parte da minha destes cinco anos de faculdade. Foram muitos almoços, conversas, risadas, surtos e “rolês” inesquecíveis. Vou levar vocês comigo para o resto da vida.

Aos meus colegas de turma, com que vivencie inúmeras trocas e momentos únicos.

E ao curso de Ecologia, por todas as experiências e aprendizados, com professores incríveis e viagens de campo surpreendentes e enriquecedoras.

**“Eu sou o que me cerca. Se eu não preservar o
que me cerca, eu não me preservo. ”**

(José Ortega y Gasset)

RESUMO

As comunidades quilombolas no Brasil possuem grande conhecimento sobre o uso de plantas para diversos fins, o que inclui uma gama de práticas atreladas a diferentes biomas e agroecossistemas estudadas no campo da etnobotânica. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo reunir, caracterizar e analisar a bibliografia científica presente em 40 artigos (sobretudo nas últimas duas décadas) referente a conhecimentos etnobotânicos de comunidades quilombolas no território brasileiro. O levantamento bibliográfico teve como base informações contidas em artigos científicos relacionados ao tema etnobotânica quilombola, por meio de busca com as palavras-chave *etnobotânica*; *etnoconhecimento* e *quilombolas*. Para isso, foram utilizadas as bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Os artigos encontrados foram classificados de acordo com: (i) ano de publicação; (ii) distribuição dos artigos por região; (iii) número de artigos por temática principal; (iv) distribuição dos artigos sobre plantas medicinais por região; e (v) famílias botânicas mais citadas em artigos sobre plantas medicinais, além da elaboração de uma síntese e reflexão crítica sobre as principais temáticas contidas nesses estudos. Ao final, concluiu-se que a maioria dos artigos selecionados nesta pesquisa referem-se a plantas medicinais, sendo as famílias botânicas *Lamiaceae*, *Fabaceae*, *Asteraceae* e *Rutaceae* as mais citadas e de maior importância cultural para as comunidades estudadas. Outros temas igualmente importantes encontrados foram: políticas públicas, agrobiodiversidade, etnoecologia, alimentação tradicional e hortas caseiras. Dentre as reflexões e problematizações que se destacaram nesses estudos estão o fato de que o conhecimento sobre plantas medicinais nas comunidades quilombolas se concentra nas mulheres e o crescente desinteresse dos jovens pelo conhecimento e uso de plantas medicinais, evidenciando, desse modo, a relevância desses estudos para a manutenção e para a promoção do desenvolvimento sustentável desses territórios.

Palavras-chave: quilombos, etnoconhecimento, comunidades tradicionais, plantas medicinais.

ABSTRACT

Quilombola communities in Brazil have great knowledge about the use of plants for different purposes, which includes a range of practices linked to different biomes and agroecosystems studied in the field of ethnobotany. In this context, the present study aimed to gather, characterize and analyze the scientific bibliography present in 40 articles (mainly in the last two decades) referring to ethnobotanical knowledge of quilombola communities in Brazilian territory. The bibliographic survey was based on information contained in scientific articles related to the quilombola ethnobotany theme, through a search with the keywords ethnobotany; ethno-knowledge and quilombolas. For this, the Scielo and Google Scholar databases were used. The articles found were classified according to: (i) year of publication; (ii) distribution of articles by region; (iii) number of articles by main theme; (iv) distribution of articles on medicinal plants by region; and (v) botanical families most cited in articles on medicinal plants, in addition to the elaboration of a synthesis and critical reflection on the main themes contained in these studies. In the end, it was concluded that most of the articles selected in this research refer to medicinal plants, with the botanical families Lamiaceae, Fabaceae, Asteraceae and Rutaceae being the most cited and of greatest cultural importance for the studied communities. Other equally important themes found were: public policies, agrobiodiversity, ethnoecology, traditional food and home gardens. Among the reflections and problematizations that stood out in these studies are the fact that the knowledge about medicinal plants in quilombola communities is concentrated in women and the growing disinterest of young people in the knowledge and use of medicinal plants, thus evidencing the relevance of these studies for the maintenance and promotion of the sustainable development of these territories.

Keywords: quilombos, ethno-knowledge, traditional communities, medicinal plants.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO	9
3 MATERIAL E MÉTODOS	10
4 QUILOMBOS NO BRASIL – ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS	11
4.2 ETNOCONHECIMENTO QUILOMBOLA.....	12
4.3 CONFLITOS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS.....	14
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
5.1 ARTIGOS RELACIONADOS A PLANTAS MEDICINAIS	16
5.1.1 Região Nordeste	18
5.1.2 Região Centro-Oeste.....	22
5.1.3 Região Norte.....	24
5.2 OUTROS TEMAS ABORDADOS.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país extremamente diverso no que diz respeito a espécies animais e vegetais, além de possuir uma grande diversidade sociocultural. A sociodiversidade associada à biodiversidade, o que engloba o conhecimento e a cultura das populações tradicionais e dos camponeses, constitui, portanto, a noção de sociobiodiversidade (IPÊ, 2020). A diversidade biológica não está somente associada ao meio natural; tanto a construção cultural, quanto a construção social, compõem a biodiversidade brasileira (DIEGUES *et al.*, 1999).

Segundo o Decreto Federal nº 6.040, de 2007, as comunidades tradicionais apresentam sua própria organização social, ocupam e usam, de forma temporária ou não, territórios e recursos naturais para a sua reprodução cultural, econômica, social, religiosa e ancestral, utilizando-se de conhecimentos e práticas que são criados e transmitidos entre as gerações (MMA, 2020a; 2020b). Pertencem à categoria de povos tradicionais os povos indígenas, seringueiros, caiçaras, ciganos, quebradeiras de coco-de-babaçu, pantaneiros, ribeirinhos, quilombolas e muitos outros povos (DEDIHC, 2020).

A sociedade brasileira, de modo geral, possui uma visão simplista sobre o entendimento do que são os quilombos, associada a ideia de serem meramente comunidades formadas por escravos negros fugidos, que vivem em terras isoladas. Esta concepção está presente desde a infância, registrada em livros didáticos, quando se fala sobre o período de escravidão do país. No entanto, quilombos não estão relacionados apenas a este passado escravista. A resistência e a conquista da autonomia é o que melhor caracterizam essas comunidades (CPI/SP, 2020).

Atualmente, no Brasil, estima-se que há aproximadamente 4.000 comunidades quilombolas espalhadas pelo país. Tais comunidades vêm lutando pelos seus direitos e pela conquista de seus territórios desde a Constituição de 1988. O Brasil apresenta cerca de 134 quilombos titulados e 47 parcialmente titulados; contudo, ainda há muitos territórios quilombolas em processo de titulação, chegando a 1.767 quilombos nesta situação (CPI/SP, 2020).

Diferentemente dos conhecimentos científicos, que se afirmam como verdade até que sejam refutados por outros paradigmas, os saberes tradicionais não apresentam uma única verdade. Cada comunidade explica suas crenças de uma forma; seus conhecimentos operam por meio de unidades perceptuais, tais como cheiro, sabor, cores etc. (CUNHA, 2007). O conhecimento tradicional dos quilombolas, por sua vez, vincula-se, de forma singular, à relação com as plantas e, assim, se insere no campo da etnobotânica – que se refere ao estudo

de plantas e suas utilizações práticas por meio dos conhecimentos de comunidades tradicionais e de outros grupos sociais, além de englobar interações ecológicas, genéticas, evolutivas e culturais dessas comunidades com as plantas (FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004).

Embora essas comunidades realizem atividades como extrativismo, artesanato e produção cultural, a agricultura familiar ainda é a atividade mais importante. O território é de uso comum entre todas as famílias do quilombo e, apesar de sofrerem influências externas, as comunidades quilombolas apresentam certo controle sobre seus territórios e recursos, onde as famílias que compõem a comunidade apresentam autonomia em todo o processo produtivo, seja nas roças, jardins ou quintais (INCRA, 2017).

Suas roças, jardins e quintais apresentam espécies para diversos fins e usos, sendo elas em sua maioria para alimentação e uso medicinal. Espécies alimentícias e de uso comunitário são, em geral, cultivadas nas roças; nos jardins e quintais são cultivadas hortaliças, cana-de-açúcar e ervas usadas para temperos. São comuns nas roças o cultivo de feijão, batata-doce, inhame, banana, milho, arroz, e diversas variedades de mandioca que, esporadicamente, são vendidos, sendo a banana o item com maior valor agregado de mercado (PEDROSO JÚNIOR *et al.*, 2008).

As comunidades quilombolas são detentoras de grande conhecimento relacionado às plantas, o que ocorre por meio da transmissão de conhecimento entre as gerações, experimentados e reproduzidos no decorrer do tempo. Esses conhecimentos permitem o entendimento da dinâmica do seu território e de suas culturas, de modo que elas conhecem a época, a composição vegetacional, variações do solo e até mesmo as fases da lua de cada uma das espécies cultivadas (BIESEK, 2017). Dessa forma, entender como tem sido o avanço sobre os conhecimentos etnobotânicos em comunidades quilombolas é fundamental para que uma melhor síntese sobre como a academia tem se debruçado sobre este importante assunto.

2 OBJETIVO

O presente estudo objetivou - com base na revisão bibliográfica integrativa - reunir, caracterizar e analisar a bibliografia científica presente em um conjunto de artigos publicados entre 2000 e 2020, referente a conhecimentos etnobotânicos de comunidades quilombolas, com ênfase em saberes e práticas tradicionais pertencentes às comunidades distribuídas em distintas regiões brasileiras, a partir de uma análise pautada em categorias, de cunho qualitativa.

3 MATERIAL E MÉTODOS

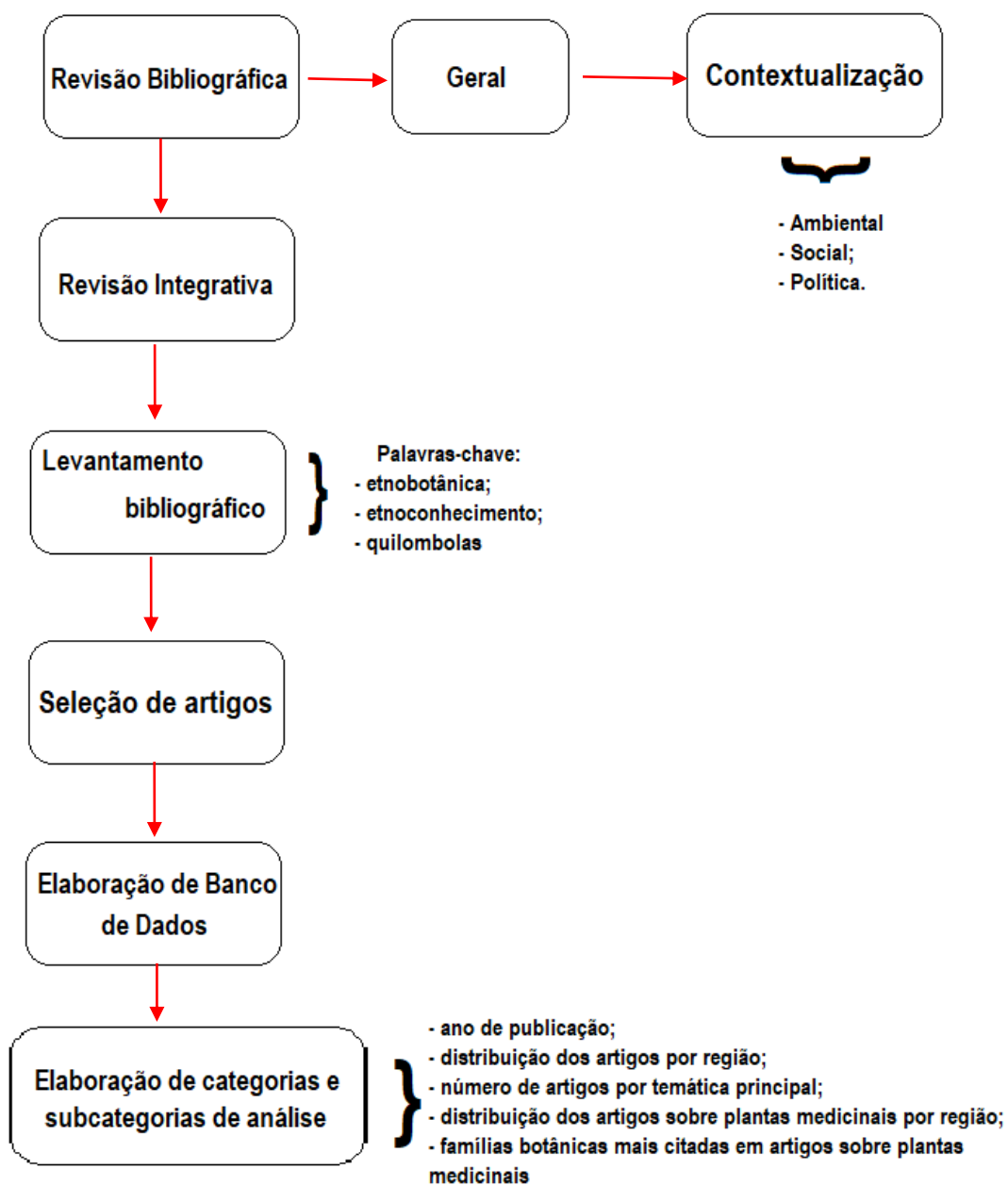
Na primeira fase do estudo, foi realizada uma breve revisão bibliográfica de caráter mais geral, a fim de contextualizar os aspectos ambientais, políticos e sociais das comunidades quilombolas no Brasil. Em seguida, foi feito um levantamento bibliográfico sistemático a partir de informações contidas em artigos científicos referentes ao tema etnobotânica quilombola, por meio das seguintes palavras-chave: *etnobotânica*; *etnoconhecimento* e *quilombolas*. Essas palavras-chave foram inseridas no campo de pesquisa “título”, “resumo” e palavras-chave” das bases de dados Scielo e Google Acadêmico. A partir desses dados, foram criadas categorias e subcategorias de análise, tais como: ano de publicação; distribuição dos artigos por região; número de artigos por temática principal; distribuição dos artigos sobre plantas medicinais por região; famílias botânicas mais citadas em artigos sobre plantas medicinais, além da elaboração de uma síntese e reflexão crítica sobre as principais temáticas e conteúdos contidos nesses estudos.

O tipo de revisão bibliográfica eleita para esta pesquisa foi a denominada integrativa. Trata-se de um método amplo de análise de pesquisas e publicações, que permite a síntese de múltiplos estudos que contenham informações e conhecimentos sobre o tema pesquisado (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Esta revisão, de modo geral, é construída em etapas. Após a definição do tema, delimitam-se as palavras-chave, de modo que facilite nas buscas e seleção de estudos referentes ao objetivo do estudo (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). O presente estudo abarcou 40 artigos relacionados à etnobotânica em quilombos no Brasil, abrangendo, assim, uma diversidade de enfoques presentes nessas pesquisas.

Em um primeiro momento, os artigos e publicações selecionados foram sintetizados, abrangendo resultados e principais conclusões; na sequência, foi elaborado um banco de dados, contendo informações das comunidades quilombolas estudadas, práticas e conhecimentos tradicionais focados na área de botânica. A partir da elaboração do banco de dados, foi feita uma análise e interpretação dos dados encontrados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A etapa de análise dos resultados permitiu a identificação dos conhecimentos tradicionais relacionados à etnobotânica nessas comunidades, possibilitando observar o processo de construção de saberes presentes no campo desta disciplina.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA



Fonte: Elaborado pela autora.

4 QUILOMBOS NO BRASIL – ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS

4.1 POLÍTICAS E DIREITOS ASSOCIADOS AOS QUILOMBOS

Os direitos e políticas relacionados aos quilombos contemporâneos se efetivou a partir da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, cem anos após a abolição da escravidão (CPI/SP, 2020). O direito às terras tradicionais é reconhecido na legislação nacional pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente, no artigo 68 (Ato das

disposições Transitórias – ADCT). Tal ato confere, aos remanescentes de comunidades quilombolas, o reconhecimento definitivo de suas propriedades, onde o Estado é quem deve emitir-lhes os títulos (BRASIL, 1988). No entanto, até os dias atuais, apenas 9% das comunidades quilombolas existentes no país vivem em áreas tituladas (CPI/SP, 2020).

Embora os quilombos apresentem direitos instituídos pela Constituição Federal de 1988, apenas em 2003, por meio do Decreto nº4.887, foi regulamentado os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes quilombolas, o qual é tratado no artigo 68 da Constituição (CPI/SP, 2020). Em 1992, foi estabelecido, em meio a uma reunião das Nações Unidas, um tratado internacional, denominado Convenção da Diversidade Biológica (CUNHA, 1999). Esse acordo foi criado a partir do entendimento de que os recursos genéticos e os saberes tradicionais são patrimônio da humanidade. Tal acordo tem como objetivos a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos e a repartição igualitária e justa dos benefícios advindos do uso dos recursos genéticos (CUNHA, 1999).

Este acordo foi ratificado em 1997 por mais de 160 países, sendo que no Brasil, passou por esse processo em 1994, dando a ele valor de lei interna no país (CUNHA, 1999). No entanto, devido ao fato desta Convenção não ser regulamentada, ela acabou não se tornando operatória (CUNHA, 1999).

Em dezembro de 2004, foi criada “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (CNPCT), órgão administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020c). Seu objetivo central consiste em firmar a atuação conjunta de representantes de setores não-governamentais e representantes da administração pública (IPEA, 2020). A CNPCT é responsável por propor princípios e diretrizes para políticas governamentais que estão vinculadas à temática do desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais (MMA, 2020c). Em 2007, foi instituída a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, por meio do decreto 6.040 (BRASIL, 2007). O órgão responsável pela sua implementação foi a CNPCT (MMA, 2020c).

4.2 ETNOCONHECIMENTO QUILOMBOLA

Comunidades quilombolas têm lutado há décadas contra fazendeiros, grileiros, posseiros, etc., buscando o seu direito à identidade e território (SCHMITT; TURATTI;

CARVALHO, 2002). Em decorrência do Artigo 68 da Constituição Federal, essa construção de identidade tem se tornado possível, fortalecendo a luta pelo direito de igualdade de sobrevivência material e simbólica, preservando, assim, a memória de seus antepassados. Os quilombos foram originados a partir de contingentes de escravos fugidos, os quais se estabeleceram em distintas partes do território nacional, e com os conhecimentos que tinham, a respeito dos recursos naturais, foram capazes de se manter nessas terras (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

De modo geral, essas comunidades adotaram a agricultura como sua principal atividade de subsistência. Suas roças seguem o método de coivara, ou corte e queima. Segundo os quilombolas, a queima torna o solo mais fértil, onde as cinzas são utilizadas com adubo, auxiliando no crescimento das plantas. Uma outra característica desse método é o longo período de descanso, ou pousio, pelo qual o solo passa (FERREIRA, 2016). Tal processo imita o ciclo ecológico natural, promovendo rotatividade do solo e manutenção da biodiversidade vegetal regional, bem como o melhoramento das espécies. Tudo isso devido ao cultivo de grande diversidade e variedade de espécies (PEDROSO JÚNIOR *et al.*, 2008).

Essas comunidades apresentam uma relação intrínseca com o meio ambiente, em específico com as plantas, sendo elas fonte de matéria-prima utilizadas para suprir necessidades básicas, como alimentação, uso medicinal ou ritualístico, fabricação de utensílios e ferramentas utilizando espécies mais específicas, entre outras funções. É evidente o fato que todo o etnoconhecimento dessas comunidades tem desempenhado um papel fundamental no manejo de áreas naturais pela transmissão de seus saberes sobre o uso sustentável dos recursos naturais para a subsistência (ROCHA, 2014).

FIGURA 2 - QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE MATA CAVALO, MATO GROSSO.



Fonte: Pasa *et al.*, 2015.

Além disso, os quilombolas, assim como outras comunidades tradicionais, apresentam suas próprias formas de classificar, manejar, nomear e atribuir valores às plantas que cultivam e que estão interligadas. Parte desta interligação com as plantas que cultivam estão relacionadas ao modo de vida que estas comunidades levam, sendo consideradas não apenas como recurso, mas como parte componente de suas vidas (ROCHA, 2014).

4.3 CONFLITOS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

Um dos maiores conflitos de caráter socioambiental presentes no Brasil envolvem território tradicionais dentro de Unidades de Conservação (UCs), uma vez em que a maioria dessas ocupações pelos povos tradicionais ocorrem anterior à apropriação da área pelo Estado, e grande parcela dessas comunidades não apresentam registro legal. Uma parcela significativa das categorias de UCs não permite a presença dessas comunidades em sua área, gerando assim, conflitos e problemas, tal como o processo de desapropriação dos moradores locais (ARRUDA, 1999). No entanto, é importante considerar que essas comunidades, sejam elas indígenas, quilombolas ou caiçaras, podem contribuir para a conservação e manutenção da biodiversidade local (LEIVA; FREITAS, 2010).

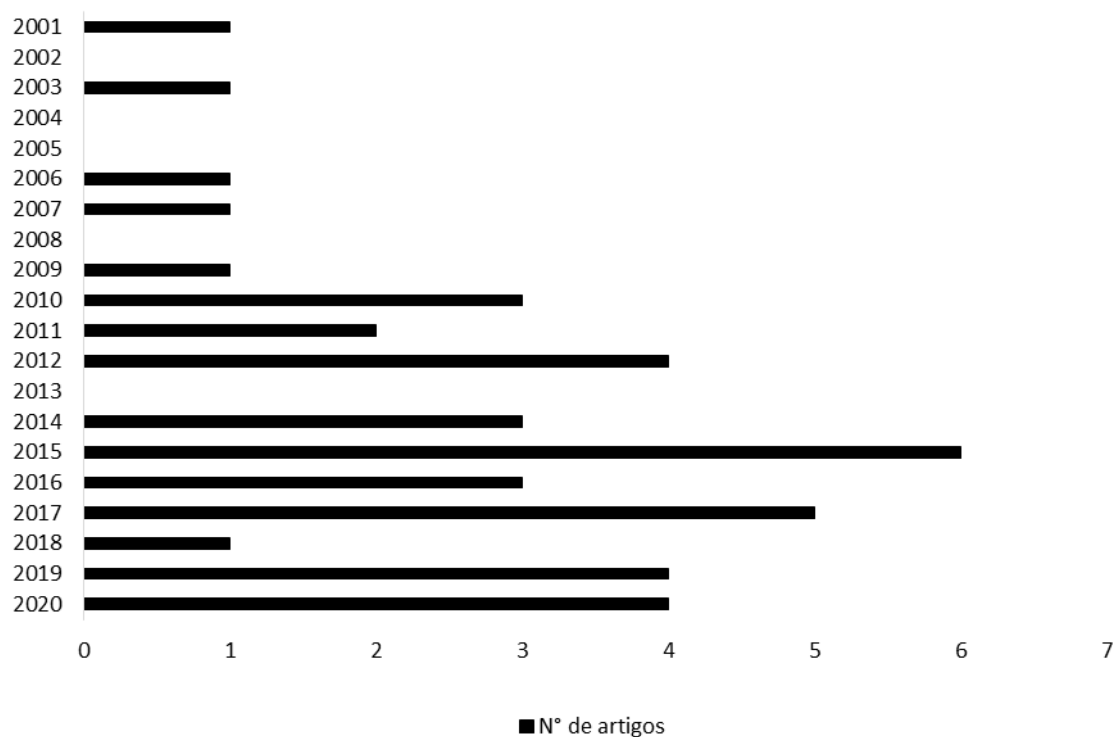
Como exemplo deste cenário, a região do Vale do Ribeira tem sido um grande palco de disputas entre UCs e territórios de comunidades tradicionais. Localizado na região sul do estado de São Paulo, o Vale do Ribeira é uma região que concentra a maior parte de remanescente de Mata Atlântica, rica em sociobiodiversidade, na qual habitam inúmeras comunidades tradicionais. De acordo com Ferreira (2016) recentemente, esta área passou por um processo de criação de Unidades de Conservação, em sobreposição com territórios tradicionais, tendo como justificativa o interesse de preservação da vegetação. Tais UCs seguem o modelo de parques estadunidenses, de modo que as comunidades, que ali viviam, foram retiradas. É necessário levar em consideração os modos de vida e conhecimentos tradicionais associados desses povos a fim do aprimoramento de políticas pautadas na sociobiodiversidade (FERREIRA, 2016).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram levantados 40 estudos, desenvolvidos entres os anos 2001 e 2020, referentes à etnobotânica em comunidades quilombolas no Brasil. O ano de 2015 foi o mais representativo

em número de artigos, tendo sido levantados seis estudos deste ano, seguido do ano de 2017, com cinco artigos (Gráfico 1).

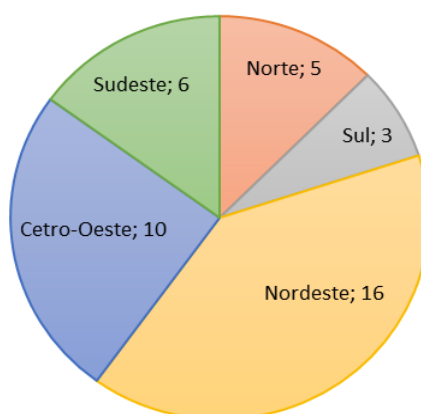
GRÁFICO 1 - PUBLICAÇÕES, POR ANO.



Fonte: Elaborado pela autora.

Foi percebido que, dos 40 artigos analisados, 16 foram desenvolvidos na região nordeste do Brasil, seguido da região centro-oeste, como a segunda maior região com maior número de artigos desenvolvidos, com 10 artigos (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS DA REVISÃO POR REGIÃO.



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Anjos (2000, apud Almeida; Bandeira, 2010), a região nordeste, sobretudo o estado da Bahia, é a região com maior escassez de estudos sobre etnobotânica, o que se mostra ao contrário dos resultados obtidos nesta pesquisa. O que pode explicar um maior número de estudos em etnobotânica relacionada a quilombos encontrados na região nordeste nesta revisão é o fato deles terem sido realizados após o ano 2000, e a afirmação deste autor foi feita no ano de 2000. Portanto, pode ser que tenha aumentado o número de pesquisas em etnobotânica e quilombos nesta região a partir deste ano, se comparado ao período anterior. Contudo, não se pode fazer esta afirmação de modo categórico, visto que a revisão bibliográfica realizada sobre o tema em questão não foi exaustiva (de modo a contemplar toda a produção no período de 2000 a 2020), mas parcial, abarcando apenas uma parcela dos artigos publicados nesse período, além da região não ser um critério de seleção dos artigos da revisão.

Um outro padrão observado nos artigos levantados se refere à metodologia. Parte dos autores se utilizaram da técnica “snowball” ou “bola de neve” para selecionar os entrevistados, pela qual alguns participantes são selecionados inicialmente, que indicam outros, e assim sucessivamente (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Geralmente, este participante eleito para a pesquisa é um líder da comunidade ou alguém que possui conhecimento notável sobre o tema pesquisado. Com relação às entrevistas, roteiros semiestruturados foram adotados na maior parte dos trabalhos.

Foi observado que, dentre os 40 artigos analisados, 28 deles está diretamente relacionado ao estudo de plantas de uso medicinal, que em grande parte se refere ao levantamento dessas plantas e ao contexto em que são utilizadas, enquanto que o restante dos estudos apresentam outras abordagens como: políticas públicas socioambientais, agrobiodiversidade, etnoecologia, alimentação tradicional, segurança alimentar, hortas caseiras, etc. De acordo com Oliveira *et al.* (2009), os temas mais abordados em estudos etnobotânicos desenvolvidos na América Latina são: plantas medicinais, seguidas de domesticação e origem da agricultura; arqueobotânica; plantas comestíveis; estudos etnobotânicos em geral; sistemas agroflorestais e quintais; entre outros.

5.1 ARTIGOS RELACIONADOS A PLANTAS MEDICINAIS

Dentre os 40 artigos levantados, 28 consistem no estudo de plantas medicinais, alguns deles mais específicos sobre plantas medicinais, enquanto outros, em seu levantamento geral, apresentaram as plantas medicinais como as mais expressivas. A razão disso acontecer

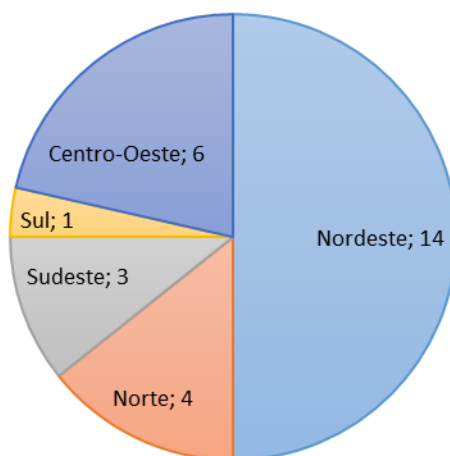
se deve, principalmente, à dificuldade de acesso a um posto de saúde, uma vez em que a maior parte destas comunidades estão localizadas em regiões mais distantes dos centros urbanos.

De modo geral, comunidades quilombolas constituem-se de populações de baixa renda e possuem baixa escolaridade, além de apresentarem ausência de saneamento básico, situação responsável pela maior parte dos problemas de saúde (BARBOSA *et al.*, 2020). Dessa forma, as plantas medicinais acabam sendo utilizadas como forma de tratamento primário, por ser de fácil acesso e mais baratas (FERREIRA; BATISTA; PASA, 2015; GUIMARÃES; OLIVEIRA; MORAIS, 2019).

Além disso, de acordo com Silva, Lobato e Ravena-Canete (2019), quanto menor o grau de escolaridade, maior é o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças, uma vez que a falta de informação pode ser um empecilho ao uso de outros medicamentos. A partir da análise realizada, foi possível perceber que na maioria das comunidades estudadas pelos autores o grau de escolaridade é baixo, e a causa principal desse fator é a distância entre as comunidades e as escolas.

A partir do conjunto de artigos analisados sobre plantas medicinais, foi possível observar que a região mais representativa é a nordeste, como se apresenta a seguir.

GRÁFICO 3 - ESTUDOS SOBRE PLANTAS MEDICINAIS DE ACORDO COM AS REGIÕES



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.1 Região Nordeste

A região nordeste foi a mais representativa em relação aos estudos sobre plantas medicinais, em um total de 14 trabalhos desenvolvidos. O estudo a seguir é o mais antigo dentre os selecionados nesta revisão, o qual teve como intenção registrar as diversas plantas medicinais usadas por descendentes africanos, em Recife (PE). Foram entrevistados 15 padres de cultos afro-brasileiros que tinham conhecimento sobre as plantas, tanto sobre as suas formas de uso e partes utilizadas, quanto sobre modos de aplicação e as propriedades das plantas utilizadas. Foram identificadas 60 espécies, sendo que a maior parte das doenças tratadas estão relacionadas a problemas gastrointestinais, distúrbios nervosos, doenças associadas a dor ou febre e inflamações em geral. É comum, em algumas situações, as pessoas interpretarem alguns dos problemas como de origem espiritual (ALBUQUERQUE, 2001).

A prática de utilizar plantas medicinais na cura de enfermidades ainda é algo muito comum entre as comunidades quilombolas. Sales, Albuquerque e Cavalcanti (2009) realizaram um levantamento de espécies vegetais utilizadas para fins medicinais na comunidade quilombola Senhor do Bonfim, distrito de Cepilho, município de Areia (PB). Foram entrevistadas 24 pessoas, sendo 15 mulheres e nove homens. Foram citadas 37 plantas com fins terapêuticos e um total de 22 tipos de enfermidades relacionadas, sendo dor na barriga, dor de cabeça e febre as enfermidades mais comumente tratadas com essas plantas (70,8%); seguido de conjuntivite (50,0%); gripe e resfriado (41,7%) e a tosse (29,2%). Dentre os modos de uso, os chás se mostraram como mais comuns, sendo as folhas a parte vegetal mais utilizada. A maior parte da comunidade afirmou acreditar mais nas plantas do que nos fármacos atuais.

Em um levantamento similar, analisou-se a relação existente entre duas comunidades quilombolas na Chapada Diamantina (BA) e as plantas utilizadas para fins medicinais. Foram identificadas 71 espécies de plantas, sendo a maior parte delas encontradas nos quintais. Dentre as formas de preparo, chá também se mostrou o mais comum, obtido principalmente das folhas. Por fim, observou-se que a maior parte das espécies são utilizadas para sintomas gerais (febre, dor de cabeça, e outras dores), seguido por problemas do sistema respiratório e gastrointestinais. Concluiu-se que as comunidades apresentam amplo conhecimento sobre plantas medicinais devido ao intenso uso das mesmas (SILVA; REGIS; ALMEIDA, 2012).

Por sua vez, Franco e Barros (2006) fizeram um levantamento das plantas medicinais usadas pela comunidade Olho D'água dos Pires, Esperantina (PI). Foram identificadas 85 espécies. A maior parte das plantas identificadas (68%) crescem de forma espontânea, em

ambientes naturais, enquanto 28% são cultivados nos quintais e roças. Dentre as doenças tratadas, 26,7% estão relacionadas principalmente ao sistema respiratório, tais como: gripe, sinusite, pneumonia, inflamação na garganta e tosse, seguidas de problemas relacionados ao sistema intestinal. As folhas e as cascas são as partes mais utilizadas no preparo dos remédios, com 43,5% e 19,5% das citações, respectivamente. O modo de preparo mais comum relatado neste estudo também foi o chá, tanto por infusão quanto por decocção, mas também foram mencionadas o preparo de remédios em garrafadas e lambedores, além da utilização das plantas em banhos. O propósito deste estudo foi o de possibilitar que esses conhecimentos possam contribuir no resgate do conhecimento tradicional, além de servir como instrumento de conservação das espécies citadas.

Já na comunidade quilombola da Barra II, Morro do Chapéu (BA), foram citadas 148 espécies de fins medicinais, sendo os chás e as folhas, como partes vegetais, as mais citadas. Dentre os problemas de saúde tratados com esses fitoterápicos, os relacionados ao sistema digestivo foram os mais representativos, possível reflexo das condições sanitárias muito precárias (sem tratamento de esgoto e água encanada), algo bem comum em várias comunidades. Constatou-se que a maioria dos informantes (75%) eram mulheres. Isso pode estar relacionado com a facilidade de obtenção das plantas, encontradas, em sua maioria (79,9% das plantas citadas), nos quintais (SILVA *et al.*, 2012).

Um estudo realizado por Nascimento e Conceição (2011), com características e enfoques similares aos supracitados, foi desenvolvido na comunidade quilombola Olho D'Água do Raposo, localizada no distrito de Caxias (MA), com o objetivo de conhecer, identificar e analisar as plantas medicinais utilizadas por esse grupo, permitindo, assim, o resgate da herança e costumes populares das espécies. Foram identificadas 83 espécies. Dentre as partes vegetais mais utilizadas, as folhas tiveram destaque, com 44%, muito utilizadas no preparo de chás, por decocção e infusão. Além disso, os autores também consideraram que esses saberes terapêuticos podem contribuir na conservação da diversidade sociocultural e biológica do grupo.

Outro estudo, com resultados semelhantes em termo de modo de uso e parte vegetal, foi desenvolvido por Santos *et al.* (2020), na comunidade Cajá dos Negros, Batalha (AL). O número de variedades de espécies citadas foi menor do que o apresentado no estudo anterior, em um total de 39 espécies - obtidas, em sua maioria, nos quintais. Os autores desse estudo destacaram também que as mulheres, principalmente as mães, apresentam conhecimentos mais detalhados sobre as aplicações fitoterápicas.

Com intenção de estabelecer bases para a proteção e valorização dos conhecimentos tradicionais, algo já visto em outros estudos que foram levantados, Gomes e Bandeira (2012) realizaram um inventário de plantas medicinais na comunidade Casinhas, município de Jeremoabo (BA). Segundos os autores desse estudo, a comunidade em questão não tem acesso a um bom atendimento de saúde na região e, por este motivo, o uso de plantas medicinais têm sido a principal alternativa para o tratamento de diversas enfermidades. Foi observado que cerca de 55% das espécies citadas estão presentes em áreas de mata (capoeiras ou tabuleiros), enquanto 26% são cultivadas nos quintais e 19% em áreas de cultivo (roças). Foi verificado que há diferença de gênero (homem/mulher) na escolha de plantas. Inclusive, as mulheres tendem a apresentar um maior conhecimento sobre a utilização das plantas, uma vez em que são responsáveis pelas estratégias de manutenção da saúde de sua família.

Um outro levantamento etnobotânico foi realizado com a ajuda de uma equipe multidisciplinar, com 24 integrantes, além do auxílio da SESAB (Secretaria de Saúde do Estado da Bahia) e alguns programas, com foco nas plantas para fins medicinais, a fim de contribuir no resgate e valorização das práticas terapêuticas tradicionais. Além disso, o estudo buscou potencializar, por meio de oficinas de preparação de remédios, o uso racional das plantas que já são utilizadas pela comunidade. Além dos resultados, que já foram obtidos em outros projetos como modo de uso e etc., foi observado também a alta representação de mulheres entre os informantes (59%). Isso pode estar relacionado com a facilidade para a obtenção das plantas medicinais, uma vez em que a maioria pode ser encontrada nos quintais (LISBOA *et al.*, 2017).

Diferentemente dos outros estudos, Sousa *et al.* (2017) foram além do levantamento e análise de uso e preparo - eles verificaram as doses ingeridas e o modo de armazenamento das plantas e dos medicamentos, sendo que é realizado um processo de secagem no sol antes de armazenar. Segundo os autores, a comunidade não realiza o armazenamento de forma correta, além de não estabelecerem um prazo de validade para os medicamentos elaborados. Embalagem e armazenamento correto protege as plantas de agentes infecciosos, além de conservar suas substâncias ativas. De modo que, quando secas e armazenadas corretamente, as plantas podem durar de 10 a 12 meses. Foi observado também uma alta possibilidade de intoxicação, uma vez em que a maior parte dos entrevistados associam o “natural” ao “bom”, desconhecendo os riscos e efeitos tóxicos. Um outro fato preocupante se refere à administração dos fitoterápicos, pois a maior parte da população desconhece os riscos nesses tipos de tratamento para crianças e idosos, tendo um certo cuidado apenas com gestantes.

Uma vez em que diversos estudos têm apresentado um alto conhecimento por mulheres, Oliveira (2015) realizou um levantamento do uso popular de plantas medicinais por mulheres da Comunidade quilombola de Furadinho (BA), onde foram entrevistadas 14 mulheres, de diferentes idades. Foi constatado pelo autor um vasto conhecimento pelas mulheres desta comunidade, adquiridos de forma oral pelos pais e avós, onde foram mencionadas 47 plantas (30 foram identificadas). Entre as indicações das plantas medicinais citadas, destacam-se as plantas indicadas para doenças do aparelho respiratório (20%), doenças do aparelho digestivo (14,5%), dores diversas (12%), calmante/insônia (11%), febre (9%), rituais (10%) e entre outras. Houve predominância no uso das folhas (56 %), que são ingeridas, na maior parte do tempo, na forma de chás.

Um outro estudo também foi desenvolvido com foco no uso e conhecimento de plantas medicinais por mulheres, no qual foram listadas as espécies, as partes da planta utilizadas e o modo de preparo de um xarope pelas mulheres da comunidade quilombola do Remanso, localizada na Chapada Diamantina, Lençóis (BA), com o propósito de promover a valorização e o manejo sustentável das espécies medicinais do local. Foram levantadas espécies como: alecrim da horta, alecrim do campo, hortelã miúdo, hortelã graúdo, manjerição, arruda, algodão, camará, canela, pau-ferro, angico verdadeiro, umburana, noz-moscada, erva-doce e cravo, além da utilização do mel produzido pela própria comunidade, como se mostra na figura abaixo (FERREIRA; SANTOS, 2018).

FIGURA 3 - DIVERSIDADE DE PLANTAS MEDICINAIS LISTADAS PARA O PREPARO DO XAROPE.



Fonte: Ferreira; Santos, 2018.

Ainda, o mesmo estudo mostrou que, dentre as partes utilizadas, as folhas são as mais consumidas, seguidas pelas cascas de árvores, flores e sementes. No processo de preparo, todas as plantas são lavadas e levadas à fervura, exceto o pixurí e a noz-moscada. Esse xarope é utilizado na prevenção e tratamento de diversas doenças, como gripes e resfriados, pneumonias, dor de cabeça, além de ser considerado um “fortificante”; entretanto, encontra-se em crescente desuso pela comunidade, e um dos motivos para isso é o desinteresse dos mais jovens pelo uso de plantas medicinais (FERREIRA; SANTOS, 2018).

Monteles e Pinheiro (2007) realizaram um levantamento dos recursos vegetais de uso local relacionados às práticas terapêuticas, através do reconhecimento das plantas utilizadas na medicina tradicional, evidenciando as espécies e seus usos, desde a obtenção (cultivo/extrativismo) até sua aplicação. A pesquisa contou com a ajuda de dez especialistas locais, pela qual foram registradas 121 espécies. Os autores observaram que, de todos os informantes, 79% deles eram do sexo feminino, sugerindo, novamente, que as mulheres dominam melhor o conhecimento e as práticas de cultivo dos recursos vegetais na comunidade. Foi observado que a maioria das espécies são usadas no tratamento de doenças relacionadas aos sistemas respiratório (gripe e resfriado) e digestório.

E por fim, no levantamento elaborado por Mota e Dias (2012), foi percebido, para além dos resultados já citados nos outros estudos, como o uso de folhas no preparo de chás ou então o uso de espécies medicinais no tratamento de doenças associadas ao aparelho respiratório, que os conhecimentos tradicionais associado às plantas medicinais na comunidade quilombola no distrito de Helvécia, Nova Viçosa (BA), está entrando em desuso. De acordo com os autores desse estudo, a razão principal deste acontecimento é a baixa assimilação destes conhecimentos pelos descendentes diretos, o que também ficou evidente pelo número reduzido de entrevistados na comunidade. O critério de seleção dos entrevistados foi o amplo conhecimento tradicional sobre as plantas e parentescos mais próximo de ascendentes africanos, de modo que os membros da própria comunidade fizeram a escolha. Dessa forma, foram selecionados apenas duas mulheres e dois homens.

5.1.2 Região Centro-Oeste

A região centro-oeste, embora seja a segunda com maior número de artigos encontrados, apresentou apenas seis estudos.

Silva e Ferraz (2010) objetivaram, em seu estudo, analisar a importância do conhecimento etnobotânico na sustentabilidade da comunidade como forma de força e

resistência contra as pressões impostas às comunidades rurais, tais como a expansão agrícola e urbanização. Em 2019, Silva republicou o mesmo estudo, no qual os resultados obtidos no primeiro estudo permaneceram o mesmo; no entanto, ele afirmou que, com a perda da biodiversidade, as pessoas têm se afastado do contato com a flora, e isso tem restringido o uso de plantas medicinais e dificultado a continuidade das pesquisas do grupo por conta da ausência de plantas medicinais.

Objetivou-se no estudo de Rodrigues e Carlini (2003) realizar um levantamento etnofarmacológico no Quilombo Mata-Cavalos, localizada a 2 km do município de Nossa Senhora do Livramento, no Mato Grosso. Os dados obtidos foram referentes a: plantas utilizadas na composição de uma dada receita; seu uso; doses; modo de preparo e contraindicações. Em cerimônias de cura e benzimento, é comum a utilização de plantas consideradas sagradas que, segundo os curadores, permitem a comunicação com o mundo espiritual, facilitando o diagnóstico de doenças. É muito comum nessas cerimônias o uso dessas plantas em forma de cigarro, com o objetivo de "*clarear as ideias*", "*tornar o corpo puro e leve*" ou então para "*mexer com a cabeça*". Foram levantadas 82 plantas para 55 formas distintas de uso. Algumas delas são usadas na cura de doenças ou em casos de acidentes com animais. *Asteraceae*, *Caesalpiniaceae*, *Myrtaceae*, *Malpighiaceae*, *Euphorbiaceae*, *Mimosaceae* e *Sterculiaceae*, foram as famílias botânicas mais representadas. A maioria dos remédios são ingeridos em formas chás e garrafadas (prática usada por algumas comunidades quilombolas, onde partes de uma planta são submersas em bebidas alcoólicas por alguns dias). Além disso, essas plantas são utilizadas de diversos outros modos: de forma tópica, como cigarros, em banhos, defumações e inalações. Algo muito importante relatado nesse estudo foi o fato dos entrevistados apresentarem noções sobre as contraindicações, normalmente voltadas para gestantes, para cada uma das receitas.

Os três estudos seguintes tiveram como propósito fazer um levantamento de espécies de uso medicinal. Barbosa *et al.* (2020) analisaram, além dos padrões de uso e ações farmacológicas, os locais de coleta, onde três deles eram quintais, dois eram áreas de Cerrado e uma mata de galeria. Uma das áreas de Cerrado foi identificada como a mais utilizada para coleta de plantas para manipulação de medicamentos, o que ocorreu em virtude desta área estar muito próxima dos quintais e, conseqüentemente, muito próxima do Centro Comunitário de plantas medicinais do Cedro.

Já Guimarães, Oliveira e Morais (2019) levaram em consideração o uso popular das espécies pelas mulheres da comunidade. Os autores registraram 91 espécies, dentre as espécies citadas, cerca de 45% são nativas (não exclusivas do Cerrado), 34% são exóticas e

20,88% são naturalizadas. E, diferentemente dos outros estudos, Ferreira, Batista e Pasa (2015) observaram um alto conhecimento tradicional das gerações mais jovens pois, segundo o autor, a maioria das plantas foram citadas por pessoas entre 15 e 25 anos.

5.1.3 Região Norte

Muito embora a região norte seja a região com maior número de comunidades quilombolas tituladas, a mesma apresentou poucos estudos neste estudo de revisão sobre etnobotânica, em um total de quatro estudos, todos desenvolvidos no estado do Pará.

Os três primeiros estudos levantados tinham por objetivo identificar e descrever as plantas medicinais utilizadas pelas comunidades quilombolas. Foi possível observar, em ambas as pesquisas, que a maioria dos informantes foram mulheres. O primeiro deles foi desenvolvido no Quilombo Tauerá-Açú, Abaetetuba (PA), onde registrou-se 93 etnoespécies medicinais, com apenas 76 espécies cientificamente identificadas, e cerca 54% das espécies são nativas e 46% exóticas. Referente as partes vegetais mais utilizadas, as folhas tiveram o maior número de citações, seguidas das cascas, ramos foliares, sementes, caule, raiz, látex e fruto. Dentre os modos de uso, os chás são os mais representativos (PEREIRA; COELHO-FERREIRA, 2017).

Silva, Lobato e Ravena-Canete (2019) identificaram e descreveram as plantas medicinais utilizadas pela comunidade quilombola do Abacatal (PA), analisando as formas de uso e para quais tratamentos e doenças são indicadas. Foram citadas 122 espécies, sendo 17 delas de uso recorrente, sendo que os chás são preparados a partir das folhas. Por fim, o terceiro estudo foi realizado na comunidade quilombola Conceição de Mirindeua, município de Moju (PA), onde grande parcela da comunidade se define como agricultores. Foram citadas cerca 86 espécies, sendo que a maioria são ervas e de origem exótica. Folhas são a principal parte vegetal utilizada, e o meio de uso mais comum são os chás, tanto por infusão quanto por decocção (NASCIMENTO *et al.*, 2020).

Por sua vez, o quarto estudo levantado na região norte buscou verificar a atividade de inibição de dores, por meio do extrato hidroalcoólico das folhas de *Lippia origanoides* (alecrim-pimenta), objetivando explicar alguns de seus usos populares. Foram selecionadas cinco comunidades da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO. Neste estudo, novamente, pode-se observar que a maioria dos entrevistados eram do sexo feminino, com 20 mulheres e 15 homens,

demonstrando que o conhecimento sobre esta espécie medicinal é voltado para a saúde da mulher (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Foram descritos pelos informantes 38 indicações de usos, sendo a maioria relacionado ao tratamento de problemas gastrointestinais e ginecológicos. Esse estudo mostrou uma alta versalidade de uso da *L. origanoides*, no tratamento de problemas gastrointestinais e genitúrios, principalmente das mulheres, muito usado no pós-parto e no tratamento de cólicas menstruais. Após diversos testes em laboratório com o extrato hidroalcoólico das folhas da *L. Origanoides*, foi observado que esta espécie vegetal exerce atividade de inibição de dores (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

5.1.4 Região Sudeste

Na região sudeste foram encontradas três pesquisas, as quais foram desenvolvidas com o propósito de identificar espécies medicinais utilizadas pelas comunidades dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Ferreira, Lourenço e Baliza (2014) listaram, na comunidade de Carreiros, Mercês (MG), 63 espécies de uso medicinal, sendo que a maioria delas era cultivada nos quintais, tendo as folhas como principal parte vegetal a ser usada no preparo de chás, utilizadas no tratamento de doenças como pressão arterial, bronquite, problemas cardíacos, gripe, dores na coluna, depressão e diabetes.

Machado e Dória (2017) realizaram um levantamento em duas comunidades do município de Ubatuba-SP. Uma das comunidades apresentou um total de 14 espécies medicinais, enquanto a outra apresentou 19, em um total de 33 espécies identificadas. Observou-se que a similaridade de espécies entre as comunidades foi baixa. E, assim como já foi dito em outros artigos, as espécies catalogadas auxiliam no tratamento de doenças relacionadas ao sistema respiratório e também como analgésicos.

Já o terceiro estudo, desenvolvido na comunidade remanescente quilombola Palmeirinha, Minas Gerais, buscou realizar o levantamento de dados etnobotânicos de espécies nativas e exóticas usadas para fins medicinais, para assim identificar possíveis efeitos indesejáveis e desconhecidos das plantas, uma vez em que o uso inadequado delas pode promover sérios problemas a saúde. Foram citadas 51 espécies botânicas, sendo 58,82% exóticas, 35,3% nativas e o restante naturalizadas, que é quando uma espécie é deslocada, de propósito ou acidentalmente, para um local onde não existia e acaba se adaptando e se reproduzindo, mantendo longos ciclos de vida sem a intervenção humana. 95,45 % dos

entrevistados afirmaram fazer o uso de plantas medicinais por meio de chás. Chás feitos pelo processo de decocção utilizam as partes mais rígidas das plantas, como caules e raízes. Já os chás por infusão se utilizam das folhas e flores no seu preparo. Foi relatado que 4,45% dos entrevistados já sentiram algum mal-estar (tontura e náuseas) após o uso de alguma planta medicinal. Autodiagnóstico e a automedicação também foram identificados como potencial fator de risco dentro da comunidade (MOTA *et al.*, 2015).

5.1.5 Região Sul

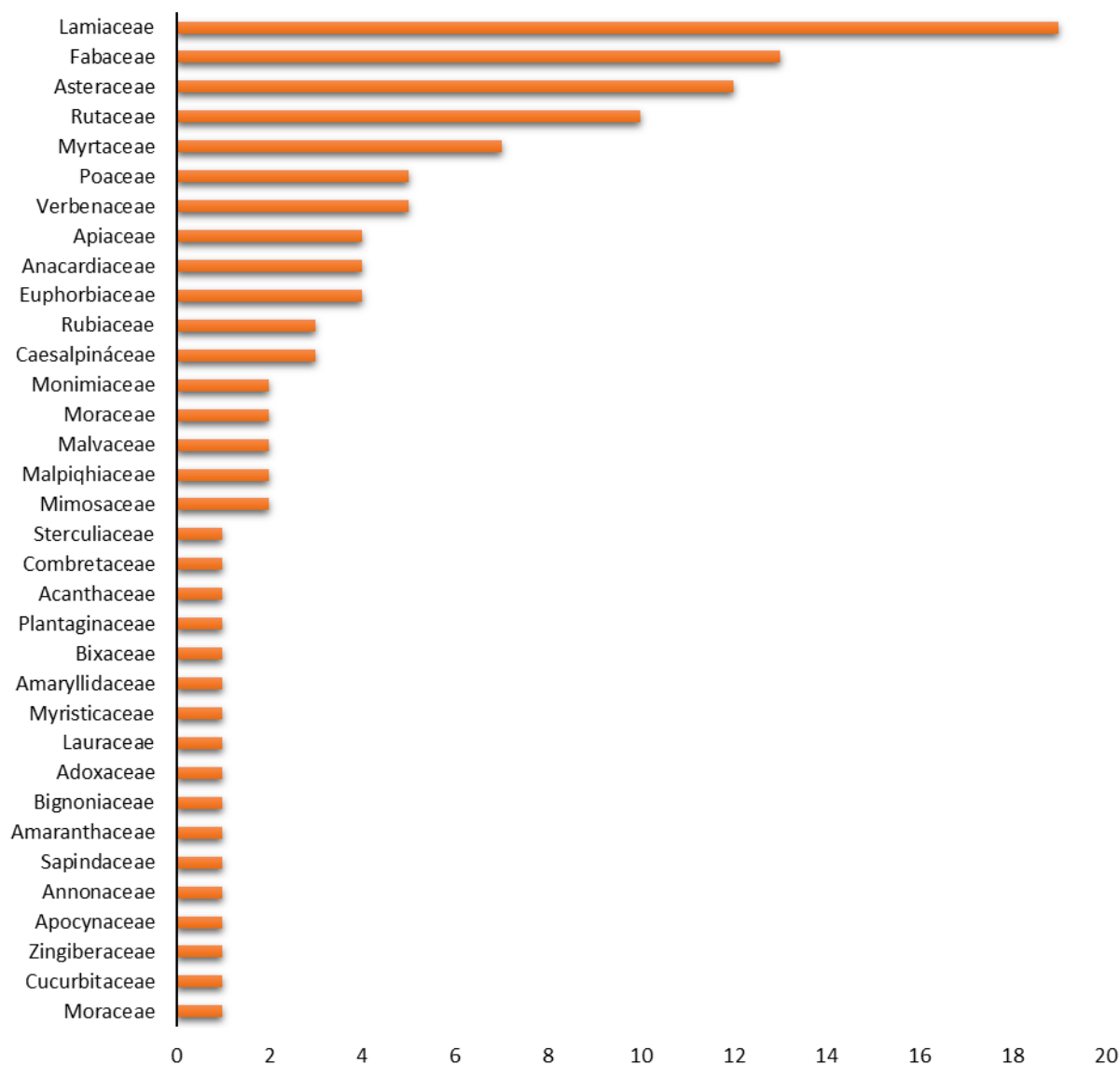
A região sul foi a região com menor quantidade de pesquisas selecionadas para este estudo dentro da categoria medicinal, com apenas um artigo. O trabalho em questão foi desenvolvido em colaboração com três comunidades quilombolas no estado de Santa Catarina, nos municípios de Garopaba (comunidades Morro do Fortunato e Aldeia) e Paulo Lopes (comunidade Santa Cruz), com o intuito de investigar a relação entre a saúde humana e a saúde do ambiente, bem como analisar as compreensões locais sobre saúde e doença, a percepção sobre elementos que influenciam a saúde humana e o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais nas comunidades (ZANK; ÁVILA; HANAZAKI, 2016).

Esta pesquisa teve como base um estudo anterior publicado pelas mesmas autoras, em 2015, no qual as comunidades apresentavam diferentes graus de urbanização ao seu entorno (urbana, intermediária e rural). Desse modo, conclui-se que a comunidade mais urbana (Aldeia) apresentou um alto índice de uso de medicamentos industrializados, muito embora o número de espécies medicinais na comunidade fosse significativamente maior que nas outras duas comunidades. Ao final do estudo as autoras concluíram que o meio ambiente apresenta diversas influências na saúde, sendo as áreas de florestas e próximo aos corpos d'água, prioritárias para a saúde quando se trata de qualidade da água/ar e recreação/lazer. Áreas de florestas foram pouco citadas para obtenção de plantas medicinais, sendo essas, por sua vez, encontradas com maior frequência nos quintais (ZANK; ÁVILA; HANAZAKI, 2016).

A partir dos artigos analisados dentro da categoria “plantas medicinais”, foram citadas 34 famílias botânicas, sendo a família *Lamiaceae* a mais recorrente, aparecendo como principal família em 19 artigos, seguido da família *Fabaceae* com 13 citações, *Asteraceae* com 12 e *Rutaceae* com 10 citações. Tais famílias botânicas são grandes, em termo de espécies identificadas, de modo que ocorre um maior número de espécies atribuídas a algum

uso pelas comunidades (BARBOSA *et al.*, 2020). Segundo Bennett e Prance (2000) e Cajaiba *et al.* (2016), essas famílias botânicas apresentam grande importância cultural, além de serem amplamente distribuídas em regiões temperadas e tropicais. As demais famílias apresentaram menos de seis citações, sendo a maioria representada por apenas uma citação.

GRÁFICO 4 - FAMÍLIAS BOTÂNICAS MAIS CITADAS NOS ESTUDOS RELATIVOS A PLANTAS MEDICINAIS



Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de 28 artigos analisados sobre plantas medicinais, 23 deles (88%) apresentaram as folhas como a parte vegetal mais utilizada no preparo de remédios. Isso se deve a sua alta disponibilidade, algumas espécies apresentam folhas o ano inteiro, e a sua facilidade de acesso (LISBOA *et al.*, 2017) (FERREIRA; LOURENÇO e BALIZA, 2014). Além disso, a utilização das folhas pode ser considerada um ponto positivo para a

conservação dos recursos naturais, uma vez em que sua retirada não provoca a morte da planta (GUIMARÃES; OLIVEIRA; MORAIS, 2019). Cascas e raízes são outras partes muito utilizadas. De acordo com Barbosa *et al.* (2020) as raízes são muito utilizadas na fabricação de remédios compostos devido à concentração, em grandes porções, de materiais bioativos, bem como estes remédios. Dentre as principais enfermidades tratadas pode-se citar doenças associadas ao sistema respiratório, digestivos, gastrointestinais, febre, dores em geral e resfriados.

A maioria das pessoas detentoras de conhecimento sobre plantas medicinais são mais velhas, e grande parte delas são mulheres, como mostra alguns estudos como Silva (2019) e Silva, Lovato e Ravena-Canete (2019). Isso se deve ao fato de que a maior parte das mulheres são donas de casa, responsáveis pelos cuidados com a família (GOMES; BANDEIRA, 2012). Além disso, a maior parte das espécies de uso medicinal são de hábito herbáceo e facilmente encontradas nos quintais das comunidades, ou seja, estão presentes em local de fácil acesso (OLIVEIRA, 2015; BARBOSA *et al.*, 2020; LISBOA *et al.*, 2017).

5.2 OUTROS TEMAS ABORDADOS

Esta seção se refere aos estudos levantados relativos a outros temas além das plantas medicinais dentro do campo da etnobotânica. Segurança alimentar, agroecologia e etnoecologia foram assuntos de destaque nesse conjunto de artigos. Foram analisados 12 estudos, os quais foram desenvolvidos, em sua maioria, na região centro-oeste do país. Embora este tópico esteja relacionado a diversos assuntos envolvendo o etnoconhecimento em botânica, ainda é possível observar que as comunidades estudadas apresentaram grande relação com espécies medicinais, como evidenciado no estudo de Almeida e Bandeira (2010). Pasa *et al.* (2015) esclarece esta relação pelo fato da maior parte das comunidades se localizarem em locais distantes de regiões urbanas, o que dificulta o acesso a postos de saúde e medicamentos da medicina moderna.

A pesquisa de Almeida e Bandeira (2010), desenvolvida na região nordeste, buscou determinar o valor local das espécies vegetais utilizadas por duas comunidades quilombolas, Casinhas e Baixa dos Quelés, em Jeremoabo (BA). Ao separar as espécies em dez categorias de uso distintas (medicinal, ritual ou religioso, construção, alimentação, combustível, veterinário, melífera, forrageira, comercialização e artesanato), os autores observaram que a categoria “medicinal” foi a que mais apresentou espécies citadas. O estudo mostrou que ambas as comunidades apresentam uma mesma espécie com valor local - *Gochnatia*

oligocephala, popularmente conhecida como candeia. Além disso, os autores destacaram que entre as dez espécies de maior valor local, cinco apresentam propriedades terapêuticas.

O estudo realizado em 2015 por Pasa *et al.* (2015), desenvolvido na comunidade Mata Cavalo de Baixo, município de Nossa Senhora do Livramento (MT), apresentou como objetivo apreender, a partir de informações de etnobotânica local, a importância ambiental, cultural e social desses conhecimentos para o grupo em questão. Assim como para Almeida e Bandeira (2010), a categoria de uso mais significativa em número de espécies foi a categoria medicinal (80%), seguida da categoria alimentar (20%). As doenças mais frequentes tratadas com as plantas medicinais locais estão relacionadas aos sistemas circulatório, respiratório, urinário, digestivo e místico, e a espécie *Plectranthus barbatus* Andr., o boldo, teve consenso de 100%, ou seja, todos os informantes se utilizam dela no tratamento de doenças, em forma de chá, preparado a partir das folhas.

Partindo da ideia de que, mesmo em diversos graus de urbanização, os recursos vegetais ainda são de extrema importância para as comunidades, o estudo de Ávila *et al.* (2015) buscou investigar a atual relação entre as plantas e as comunidades. Esta pesquisa contou com a colaboração de três comunidades sendo duas delas localizadas no município de Garopaba – Morro do Fortunato e Aldeia; e uma no município Paulo Lopez – Santa Cruz, no estado de Santa Catarina. Segundo os autores, essas comunidades possuíam três graus diferentes de urbanização: extremamente rural, intermediária e urbanizada. Observou-se que a urbanização não influencia no conhecimentos botânicos das comunidades, mas sim a ancestralidade, ou seja, se os conhecimentos vêm sendo passados de gerações a gerações.

Vale lembrar que, embora as comunidades ainda apresentem elevado conhecimento sobre plantas, muito desses conhecimentos vêm diminuído com o tempo, além de que, tais comunidades apresentam certa dependência de vegetais e verduras compradas. Já em 2017, outro estudo foi desenvolvido nas mesmas comunidades, com o propósito de investigar o papel das hortas caseiras na conservação *in situ* das espécies. Notou-se que, entre todas as indicações de uso, o medicinal foi o mais indicado pelas comunidades, seguido de alimentação. Foi encontrada uma maior riqueza de espécies nas comunidades Aldeia e Fortunato, a mais urbana e a mais rural, respectivamente. Segundo os autores, isso pode estar ligado a valores culturais mantidos ao longo do tempo (ÁVILA *et al.*, 2017).

Por sua vez, a pesquisa desenvolvida por Oliveira *et al.* (2011), embora relacionado a etnofarmacologia, não envolveu uma espécie medicinal em específico, mas sim uma bebida utilizada pelas comunidades quilombolas Pancada, Jauari, Serrinha, Arancuã-do-Meio e Bacabal, no estado do Pará, para fins terapêuticos. O objetivo dos autores foi compreender as

propriedades da bebida denominada como “cervejinha”. É uma bebida preparada a partir da casca da saracuramirá, devido a facilidade de obtenção, visto que algumas comunidades utilizam as raízes, e água. Ao juntar os dois ingredientes, a mistura passa por um longo processo de agitação. Tal bebida é considerada pelas comunidades estudadas como fundamental na prevenção e tratamento da malária. No entanto, ao analisar em laboratório, foi concluído que a saracuramirá auxilia na prevenção, mas não apresenta atividades curativas.

Santos, Silveira e Gomes (2019) documentaram os conhecimentos sobre botânica da comunidade Serra do Evaristo, no Ceará, analisando quais são as plantas utilizadas, forma de uso, partes utilizadas, métodos de preparo, local de aquisição, origem dos conhecimentos e a importância dos mesmos para a comunidade. A maioria das famílias sobrevive do cultivo da banana, sendo, por este motivo, a espécie mais citada pela comunidade. Bálamo comum, a babosa, o capim-limão, a hortelã, a menta e outras plantas foram as de uso medicinal mais citadas, auxiliando no tratamento de doenças do sistema respiratório, digestivo, dores, febres e outras doenças.

Duarte e Pasa (2016) caracterizaram a agrobiodiversidade local das espécies vegetais (alimentícias e medicinais) encontradas em quintais e roças na comunidade. E, diferentemente da maioria dos artigos levantados, a maioria dos informantes era do sexo masculino. Os quilombolas da comunidade cultivam mandioca, frutas e criam pequenos animais, tanto para subsistência quanto para comercialização. Segundo os autores, a distância entre a comunidade e o centro urbano e a disponibilidade de espécies são os principais fatores que influenciam o uso de plantas medicinais como primeira opção de cura.

Um conjunto de quatro artigos relacionados a espécies botânicas específicas foi identificado nesta pesquisa. Arruda, Silva e Sander (2014) estudaram o etnoconhecimento ecológico e o uso do babaçu, espécie de grande relevância para a subsistência de diversas comunidades devido ao seu elevado potencial de uso, tanto *in natura* quanto processado. A pesquisa foi desenvolvida em três comunidades (Retiro, Boqueirão e, Casalvasco e Manga, localizadas no município de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Foi observado que 100% dos entrevistados usam o babaçu como alimento e para construção de moradias, 78% para artesanato, 37% como combustível, 16% como medicinal, 6% como cosmético e 3% como adubo. Dentre os usos, a comunidade se utiliza dos frutos para a produção de farinha e óleo. A comunidade também se utiliza das folhas e palhas para cobrir as suas casas e na confecção de artesanatos.

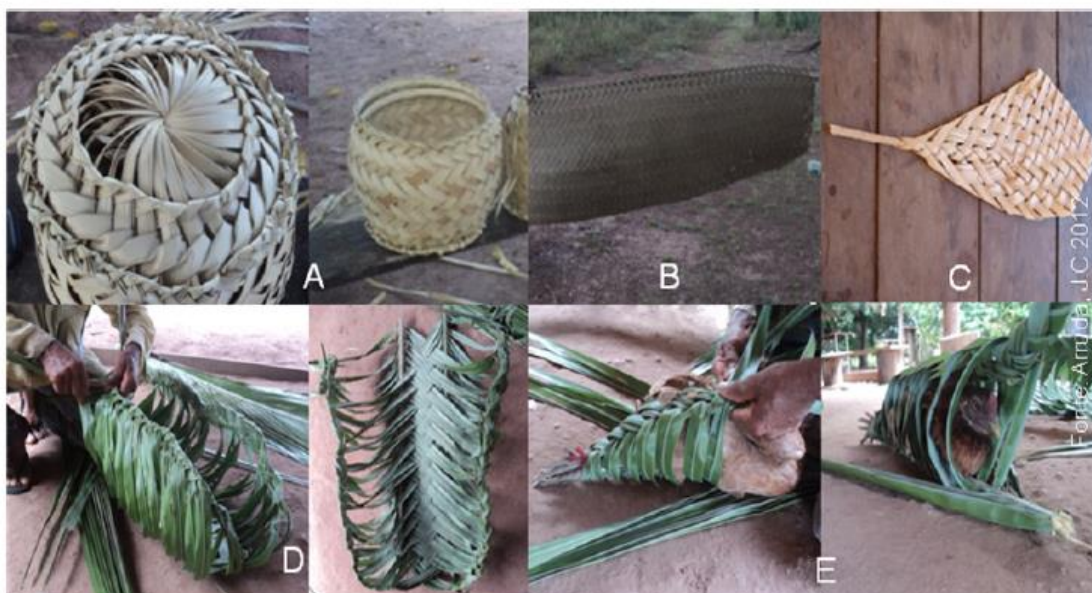
FIGURA 4 - IMAGEM RETIRADA DO ARTIGO, MOSTRANDO OS MODOS DE USO DO BABAÇU.



Nota. A- Amêndoas usadas na fabricação do óleo; B- Uso do coco como combustível; C- Folhas de babaçu como cobertura de telhado e paredes; D- Retirada do palmito.

Fonte: ARRUDA; SILVA; SANDER, 2014.

FIGURA 5 - MODELOS DE ARTESANATO FEITOS COM BABAÇU. IMAGEM RETIRADA DO ARTIGO.



Fonte: ARRUDA; SILVA; SANDER, 2014.

Já Lima *et al.* (2015) analisaram os conhecimentos etnobotânicos e práticas tradicionais do cultivo da mandioca, para uso alimentar. Foi verificado, neste quintal, o cultivo de 4 variedades, são elas: mandioca amarelinha, mandioca preta, mandioca matrinhã e mandioca branca. Na comunidade estudada (Comunidade Retiro, município de Vila Bela da

Santíssima Trindade, Mato Grosso), o cultivo é orientado pelo ciclo lunar, sendo que cada uma dessas variedades são plantadas e coletadas em fases específicas da lua. Além disso, estações chuvosas são as mais indicadas para o plantio, respeitando sempre o ciclo natural dos recursos. A produção de mandioca é usada para consumo, principalmente na produção de farinha de mandioca. Também foram relatadas como práticas comuns nesta localidade a doação de ramas e trocas entre a vizinhança.

O trabalho seguinte é um estudo de caso com foco no pequi (*Caryocar brasiliense*). Desenvolvido na comunidade Pontinha (MG), o estudo foi realizado a fim de levantar o conhecimento local sobre o pequi, avaliando a viabilidade do uso como fonte alternativa de renda. Para isso, foram levantadas as indicações de uso, sendo que a alimentação familiar obteve 97% das citações, seguida da produção de sabão (67%), produção de óleo (37%), tratamento médico (17%) e comércio (3%). Após análises dos conhecimentos botânicos do pequi, como época de floração e frutificação, concluiu-se que este fruto é uma fonte alternativa de fonte de renda para a comunidade (PINTO *et al.*, 2016).

Barroso, Reis e Hanazaki (2010) investigaram os aspectos etnobotânicos e etnoecológicos da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades do Vale do Ribeira (Ivaporunduva, Sapatu, Nhunguara, Galvão, São Pedro, Pedro Cubas e Mandira), no estado de São Paulo. Um total de 96% dos entrevistados possui juçara em seus quintais. Os entrevistados disseram coletar as partes da palmeira para diversas funções, sendo que o palmito, o estipe e as folhas apareceram frequentemente nas citações. O palmito é utilizado tanto para alimentação quanto para comercialização. Já o estipe, é usado na estrutura dos telhados, como ripa, caibro, na fabricação de alguns móveis e armadilha de caça. As folhas são utilizadas para a cobertura de barracos, capovas (pequenas casas de pau-a-pique tradicionais, que servem para armazenamento de colheitas das roças) e entre outras.

Além desses usos, alguns entrevistados já utilizaram seiva do palmito jovem de forma medicinal, para desinfecção, anestésico, ou para a coagulação do sangue em cortes ou picadas de cobra. De acordo com os informantes, o período de floração ocorre entre os meses de agosto e fevereiro, enquanto a frutificação acontece entre setembro e julho. Uma pequena parcela dos entrevistados relatou que o período reprodutivo da espécie pode ser afetado por algumas características de clima, como chuva e temperatura. Os quilombolas, de modo geral, apresentaram elevados conhecimentos ecológicos sobre a espécie, sabendo que alto teor de umidade, baixa condição de luminosidade para a germinação e o aparecimento de clareiras são fatores essenciais (apresentados cientificamente) no desenvolvimento da juçara. O saber

associado a esses fatores favorece a qualidade do cultivo e a produção dos seus produtos (BARROSO; REIS; HANAZAKI, 2010).

De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), era muito comum os estudos focarem na documentação de plantas e seus usos, nos quais os informantes eram vistos apenas como objeto de pesquisa. No entanto, essa abordagem vem mudando nos últimos anos, de modo que a história sobre a biodiversidade passou a ser contada, deixando de ser apenas um processo de catalogação, e a comunidade passou a participar das pesquisas. A partir disso, o estudo em questão buscou registrar o conhecimento etnobotânico sobre o uso de plantas em duas comunidades quilombolas, são elas: Quilombo da Fazenda e Quilombo do Cambury, em Ubatuba (SP). Os autores buscaram, além de informações socioculturais, o detalhamento de dados etnobotânicos, como nome comum da planta, parte utilizada, tipo de uso, método de preparo e entre outras informações. Foram entrevistados dezenove informantes, oito do Quilombo Fazenda e onze do Quilombo Cambury. Foram listadas 175 plantas na Quilombo Fazenda, enquanto que no Quilombo Cambury foram listadas 195. As categorias medicamentos e alimentos/especiarias foram as mais numerosas em questão de uso, além de terem o maior número de espécies em comum nas duas comunidades, com 48,7% e 28%, respectivamente. Um fato interessante neste estudo mostra que as comunidades não tiveram interesse em manter os espécimes no herbário. Preferiram deixar registrado apenas por meio de fotos e vídeos. Como o intuito principal do estudo era mostrar a integração das comunidades no processo de pesquisa, os autores mostraram que é possível capacitar os membros da comunidade para documentar os seus saberes, sem a necessidade de uma universidade ou um instituto de pesquisa serem os protagonistas.

Vários estudos apresentados nesta revisão concordam com o fato de que os conhecimentos sobre o uso das plantas diante das variedades de finalidades existentes, que são transmitidos entre as gerações, vêm entrando em desuso, como citado em Ferreira e Santos (2018), Mota *et al.* (2015), Ávila *et al.* (2015) e Mota e Dias (2012). Esse último estudo relatou que a comunidade quilombola do distrito de Helvécia, município de Nova Viçosa (BA) vem deixando de utilizar este conhecimento devido à sua baixa assimilação pelos descendentes diretos, o que ficou claro pela pequena quantidade de entrevistados aptos a serem informantes sobre este assunto. O critério de seleção dos entrevistados foi o amplo conhecimento tradicional sobre as plantas e o parentesco mais próximo de ascendentes africanos, de modo que os membros da própria comunidade fizeram a escolha dos participantes nesta pesquisa. Com isso, apenas quatro pessoas contribuíram para as entrevistas.

Outro fator que influencia na questão da transmissão dos conhecimentos entre as gerações de um dado grupo, relatado nas pesquisas abordadas nesta revisão, se remete às influências externas, como o avanço da medicina moderna e da tecnologia nessas áreas, e o desinteresse dos mais jovens por esses conhecimentos. Ferreira e Santos (2018) relataram em seu artigo que o uso de um xarope medicinal vem deixando de ser confeccionado e usado na comunidade quilombola do Remanso, devido a ao desinteresse pelo conhecimento associado a plantas medicinais. Segundo Amorozo (1996, apud Ferreira, Batista e Pasa, 2015), embora as comunidades quilombolas apresentem um grande conhecimento sobre plantas como método alternativo de cura, esse saber vem sofrendo constantes ameaças pela medicina moderna, avanço da tecnologia e o desinteresse dos mais jovens das comunidades, afetando assim a transmissão desses conhecimentos.

Já a comunidade quilombola Retiro (MT) vem deixando de lado seu contato com a terra por conta de um programa do governo, que inseriu cestas básicas na comunidade e, dessa forma, a prática do cultivo da mandioca tem sido ameaçada (LIMA *et al.*, 2015). O desmatamento também foi pauta em alguns estudos. Guimarães, Oliveira e Moraes (2019) e Silva e Ferraz (2010) destacaram que o Cerrado tem perdido espécies vegetais em decorrência do desmatamento, principalmente de espécies medicinais, e isso tem interferido e modificado o conhecimento tradicional de algumas comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do levantamento bibliográfico mostrou que, dentre os 40 estudos selecionados, 28 deles tiveram como foco o uso medicinal. Metade desses estudos foram desenvolvidos na região nordeste, embora a maior parte das comunidades quilombolas tituladas se localizem na região norte. As famílias botânicas mais citadas dentro desta temática foram *Lamiaceae*, *Fabaceae*, *Asteraceae* e *Rutaceae*, às quais, de modo geral, se mostraram de grande relevância para o trato de enfermidades das comunidades englobadas neste estudo. Ademais, a maioria desses grupos se utilizam das folhas no processo de preparo dos medicamentos.

Considerando-se que a maioria das espécies utilizadas para fins medicinais são de caráter herbáceo, o uso das folhas se torna justificável, além de apresentarem alta disponibilidade, uma vez que algumas espécies apresentam folhas o ano inteiro, além da facilidade de acesso a essa parte vegetal em detrimento de outras. Pode-se considerar também que a utilização das folhas possui um ponto positivo em prol da conservação dos recursos

naturais, pelo fato de sua retirada não afetar o desenvolvimento da planta como um todo. Além disso, notou-se o uso frequente desses remédios na forma de chás, tanto por infusão, quanto por decocção.

Um fator importante pontuado por alguns estudos remete-se à ausência ou precariedade do saneamento básico nas comunidades quilombolas, fator que influencia no número de doenças digestivas e intestinais nas comunidades. Por conta desse problema, grande parte das citações, quando se refere a doenças mais comumente tratadas, são de doenças gastrointestinais.

Outro aspecto de destaque presente nesta revisão é o fato de que a maioria dos informantes dessas pesquisas foram mulheres, ou seja, são elas que detêm grande parte do conhecimento associado, sobretudo, a plantas medicinais nas comunidades quilombolas. Tal fato se explica por estarem, boa parte do tempo, em casa, e por serem responsáveis pelos cuidados com a família. Outra justificativa é de que a maior parte das espécies de uso medicinal são de hábito herbáceo e encontradas nos quintais das comunidades, locais que são de fácil acesso, e geralmente cuidados e manejados pelas mulheres. Também o conhecimento sobre plantas para o tratamento da saúde da mulher foi identificado em um estudo como algo significativo dentro desse arcabouço cognitivo sobre plantas associado às mulheres.

Ainda, sobre o conhecimento e uso de plantas medicinais pelas comunidades quilombolas, algumas pesquisas fazem um alerta relativo à toxicidade que algumas espécies possuem, e por isso o uso delas carecer de cautela, atentando-se para não haver riscos de intoxicação, no caso de dosagens prescritas de forma errônea. A automedicação e o autodiagnóstico também foram comentados em um estudo, e a não observância dos prazos de validade de medicamentos elaborados.

Com relação aos outros temas abordados, foram analisados 12 artigos relacionados principalmente à segurança alimentar, à agroecologia e à etnoecologia. Dentre esses trabalhos, um grupo de artigos relacionados a espécies vegetais específicas mostrou o quanto elas são fundamentais para algumas comunidades quilombolas, são elas: o pequi, a juçara, a mandioca e o babaçu. Algumas delas, como por exemplo, o babaçu e a juçara, possuem inúmeras finalidades, além de serem importantes para a geração de renda nessas localidades.

Apesar da presença desses outros temas, ficou evidente também nesses estudos a relação desses coletivos com espécies medicinais, o que se explica pelo difícil acesso a postos de saúde e medicamentos. Em contrapartida, houve estudos em que as comunidades em questão estavam inseridas em diferentes graus de urbanização, mostrando que o fato delas estarem mais próximas aos centros urbanos não foi um fator determinante sobre os

conhecimentos botânicos associados e sobre a riqueza de espécies encontradas. Nesse caso, a ancestralidade e os valores culturais foram os fatores influenciadores sobre os resultados encontrados.

Em suma, averiguou-se, neste conjunto de artigos, que as comunidades quilombolas possuem um papel fundamental no manejo de áreas naturais pela transmissão de seus saberes; no entanto, com o passar dos anos, essa transmissão de conhecimentos vem passando por um processo de transformação, o que se percebeu, principalmente, pelo comportamento dos membros mais jovens das comunidades. O avanço da medicina moderna e da tecnologia sobre esses territórios por exemplo, têm impactado sobre o interesse dos mais jovens pelo conhecimento e uso das espécies vegetais, afetando assim a transmissão desses saberes entre as gerações.

Deste modo, o presente estudo revela a importância das pesquisas realizadas sobre etnobotânica quilombola no Brasil, às quais têm contribuído significativamente para o reconhecimento e fortalecimento desses territórios, do mesmo modo que têm trazido, por meio dos seus resultados, apontamentos relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a este público e para a promoção do desenvolvimento sustentável dessas localidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. The use of medicinal plants by the cultural descendants of African people in Brazil. **Acta Farmacéutica Bonaerense**, v. 20, n. 2, p. 139-144, 2001.

ALMEIDA, V. S.; BANDEIRA, F. P. S. F. O significado cultural do uso de plantas da caatinga pelos quilombolas do Raso da Catarina, município de Jeremoabo, Bahia, Brasil. **Rodriguésia**, v. 61, n. 2, p. 195-209, 2010.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p. 79-92, dez. 1999.

ARRUDA, J. C.; SILVA, C. J.; SANDER, N. L. Conhecimento e uso do babaçu (*Attalea speciosa* Mart.) por quilombolas em Mato Grosso. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 24, n. 2, p. 239-252, 2014.

ÁVILA, J. V. C. *et al.* The traditional knowledge of Quilombola about plants: does urbanization matter? **Ethnobotany Research and Applications**, v. 14, p. 453-462, 2015.

ÁVILA, J. V. C. *et al.* Agrobiodiversity and in situ conservation in quilombola home gardens with different intensities of urbanization. **Acta Botanica Brasilica**, v. 31, n. 1, p. 1-10, 2017.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2011. p. 329-341.

BARBOSA, K. A. *et al.* Quilombola ethnobotany: a case study in a community of slave descendants from the center of the cerrado biome. **Research, Society And Development**, v. 9, n. 8, p. 1-21, 2020.

BARROSO, R. M.; REIS, A.; HANAZAKI, N. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. **Acta botanica brasilica**, v. 24, n. 2, p. 518-528, 2010.

BENNETT, B. C.; PRANCE, G. T. Introduced plants in the indigenous pharmacopoeia of Northern South America. **Economic botany**, v. 54, n. 1, p. 90-102, 2000.

BIESEK, M. **Sistema Agrícola Quilombola e o reconhecimento da qualidade orgânica dos alimentos**. 2017. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-vale-do-ribeira/sistema-agricola-quilombola-e-o-reconhecimento-da-qualidade-organica-dos-alimentos>

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

CAJAIBA, R. L. *et al.* Levantamento etnobotânico de plantas medicinais comercializadas no município de Uruará, Pará, Brasil. **Biotemas**, v. 29, n. 1, p. 115-131, 2016.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP (CPI/SP). **Há 30 anos, a Constituição reconhecia os direitos quilombolas**. Disponível em: <http://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/>

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP (CPI/SP). **Quilombolas do Brasil**. Disponível em: <http://cpisp.org.br/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). **O que é o Quilombo?** 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>

CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos avançados**, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84, 2007.

DIEGUES, A. C. *et al.* **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 1999.

DUARTE, G. S. D; PASA, M. C. Agrobiodiversidade e a etnobotânica na comunidade São Benedito, Poconé, Mato Grosso, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 2, p. 247-256, 2016.

FERREIRA, A. L. S.; BATISTA, C. A. S.; PASA, M. C. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola Mata Cavalo em Nossa Senhora do Livramento–MT, Brasil. **Biodiversidade**, v. 14, n. 1, 2015.

FERREIRA, F. M. C.; LOURENÇO, F. J. C.; BALIZA, D. P. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais na comunidade quilombola Carreiros, Mercês, Minas Gerais. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 9, n. 4, p. 205-212, 2014

FERREIRA, M. H. S.; SANTOS, L. D. J. Plantas utilizadas por agricultoras familiares em um xarope medicinal do Século XIX no Quilombo do Remanso, Lençóis, BA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

FERREIRA, R. N. A volta dos mutirões das roças tradicionais na comunidade de Pedro Cubas, Vale do Ribeira - SP. **Unesp Ciência**, São Paulo, v. 71, n. 7, p. 31-33, 2016.

FONSECA-KRUEL, V. S.; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 18, n. 1, p. 177-190, 2004.

FRANCO, E. A. P.; BARROS, R. F. M. Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 8, n. 3, p. 78-88, 2006.

GOMES, T. B.; BANDEIRA, F. P. S. F. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina, Bahia. **Acta Botanica Brasilica**, v. 26, n. 4, p. 796-809, 2012.

GUIMARÃES, B. O.; OLIVEIRA, A. P.; MORAIS, I. L. Plantas medicinais de uso popular na comunidade quilombola de Piracanjuba-Ana Laura, Piracanjuba, GO. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 8, n. 3, p. 196-220, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Regularização de território quilombola: perguntas e respostas**. 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ). Projeto Sociobiodiversidade. Disponível em: <https://www.ipe.org.br/en/projects/baixo-rionegro/65-projeto-sociobiodiversidade>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/135-conselho-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais/271-conselho-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>

LEIVA, F. A.; FREITAS, R. R. Populações Tradicionais e Conservação da Biodiversidade: Uma relação contratual para manutenção dos territórios. In: **VII Congresso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G**, San Pedro de Atacama, 2010. p. 658-671.

LIMA, A. C. *et al.* Quintal espaço de saberes e de segurança alimentar no Vale do Guaporé, Amazônia Meridional, Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 34, p. 139-148, 2015.

LISBOA, M. S. *et al.* Estudo etnobotânico em comunidade quilombola Salamina/Putumujú em Maragogipe, Bahia. **Revista Fitos**, v. 11, n. 1, p. 48-61, 2017.

MACHADO, T. T.; DÓRIA, K. M. A. B. Van S. Principais ervas medicinais utilizadas nos quilombos do Camburi e da Caçandoca, Ubatuba-SP. **Unisanta BioScience**, v. 6, n. 2, p. 145-152, 2017.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **FAQs - Desenvolvimento Rural - Povos e Comunidades Tradicionais**: Como são definidos os povos e comunidades tradicionais (PCT's)?, 2020a. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/perguntasfrequentes.html?catid=16>

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **FAQs - Desenvolvimento Rural - Povos e Comunidades Tradicionais**: Quais as características das comunidades tradicionais?, 2020b. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/perguntasfrequentes.html?catid=16>

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. 2020c. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais/comiss%C3%A3o-nacional-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-de-povos-e-comunidades-tradicionais.html>

MONTELES, R.; PINHEIRO, C. U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 7, n. 2, 2007.
MOTA, R. S.; DIAS, H. M. Quilombolas e recursos florestais medicinais no sul da Bahia, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v.13, n. 2, p. 151-159, 2012.

MOTA, L. L. S. *et al.* Abordagem etnobotânica continuada na comunidade Remanescentes Quilombolas de Palmeirinha, Pedras de Maria da Cruz, MG. **Revista Cerrados**, v. 13, n. 1, p. 156-172, 2015.

NASCIMENTO, J. M.; CONCEIÇÃO, G. M. Plantas medicinais e indicações terapêuticas da comunidade quilombola Olho d'Água do Raposo, Caxias, Maranhão, Brasil. **Revista de Biologia e Farmácia**, v. 6, n. 2, p. 138-151, 2011.

NASCIMENTO, J. S. *et al.* Aspectos etnobotânicos da fitoterapia popular na comunidade quilombola Conceição de Mirindeua, Moju-PA. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 10, n. 1, p. 92-103, 2020.

OLIVEIRA, D. R. *et al.* Estudo etnofarmacognóstico da saracuramirá (*Ampelozizyphus amazonicus* Ducke), uma planta medicinal usada por comunidades quilombolas do Município de Oriximiná-PA, Brasil. **Acta amazonica**, v. 41, n. 3, p. 383-392, 2011.

OLIVEIRA, D. R. *et al.* Ethnopharmacological studies of *Lippia organoides*. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 24, n. 2, p. 206-214, 2014.

OLIVEIRA, F. C. *et al.* Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta botânica brasílica**, v. 23, n. 2, p. 590-605, 2009.

OLIVEIRA, L. R. Uso popular de plantas medicinais por mulheres da comunidade quilombola de Furadinho em Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 10, n. 3, p.25-31, 2015.

PASA, M. C. *et al.* A etnobotânica na comunidade quilombola em Nossa Senhora do Livramento. Mato Grosso, Brasil. **Biodiversidade**, v. 14, n. 2, 2015.

PARANÁ. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC). **Povos e Comunidades tradicionais**. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>
PEREIRA, M. G. S.; COELHO-FERREIRA, M. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental, Abaetetuba, Pará. **Biota Amazônia**, v. 7, n. 3, p. 57-68, 2017.

PEDROSO JÚNIOR, N. N. *et al.* A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 227-252, 2008.

PINTO, L. C. L. *et al.* Traditional knowledge and uses of the *Caryocar brasiliense* Cambess. (Pequi) by “quilombolas” of Minas Gerais, Brazil: subsidies for sustainable management. **Brazilian Journal of Biology**, v. 76, n. 2, p. 511-519, 2016.

ROCHA, J. A. **Quilombo São José da Serra: o etnoconhecimento na perspectiva socioambiental**. 2014. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Construção Social do Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, E.; CARLINI, E. L. A. Levantamento etnofarmacológico realizado entre um grupo de quilombolas do Brasil. **Arquivos Brasileiros de Fitomedicina Científica** v.1, n.2, p. 80-87, 2003.

RODRIGUES, E. *et al.* Participatory ethnobotany and conservation: a methodological case study conducted with quilombola communities in Brazil's Atlantic Forest. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2020.

SALES, G. P. S; ALBUQUERQUE, H. N.; CAVALCANTI, M. L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim-Areia-PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, n. 1, p. 31-36, 2009.

SANTOS, F. S. *et al.* “Prefiro plantas do que remédios”: o uso de plantas para fins medicinais no território quilombola Cajá dos Negros, em Batalha-Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 1, p. 235-248, 2020.

SANTOS, J. A.; SILVEIRA, A. P.; GOMES, V. S. Knowledge and use of the flora in a quilombola community of northeastern Brazil. **Floresta e Ambiente**, v. 26, n. 3, 2019.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, 2002.

SILVA, A. C.; LOBATO, F. H. S.; RAVENA-CANETE, V. Plantas medicinais e seus usos em um quilombo amazônico: o caso da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua (PA). **Revista do NUFEN**, v. 11, n. 3, p. 113-136, 2019.

SILVA, J. S. Saber tradicional etnobotânico na comunidade quilombola do Cedro no sudoeste de Goiás. **Extensão Rural**, v. 26, n. 2, p. 17-36, 2019.

SILVA, J. S.; FERRAZ, J. M. G. Diversidade e uso de plantas medicinais em uma comunidade quilombola em Goiás. **Cadernos de Agroecologia**, v. 5, n. 1, 2010.

SILVA, N. C. B. *et al.* Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II-Bahia, Brasil. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 11, n. 5, p. 435-453, 2012.

SILVA, N. C. B.; REGIS, A. C. D.; ALMEIDA, M. Z. Estudo etnobotânico em comunidades remanescentes de quilombo em Rio de Contas–Chapada Diamantina-Bahia. **Revista Fitos**, v. 7, n. 2, p. 99-109, 2012.

SOUSA, G. M. *et al.* Ethnobotanical study of Arruda quilombo community in the State of Cear, Brazil. **Journal of Medicinal Plants Research**, v. 11, n. 12, p. 232-238, 2017.

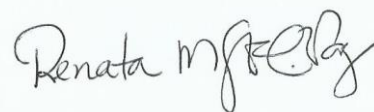
ZANK, S.; AVILA, J. V. C.; HANAZAKI, N. Compreendendo a relação entre saúde do ambiente e saúde humana em comunidades quilombolas de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 18, n. 1, p. 157-167, 2016.



Iasmin de Oliveira da Silva
Discente



Prof. Dr. Milton Cezar Ribeiro
Orientador



Prof. Ms. Renata Maria Guerreiro Fontoura Costa
Co-orientadora